



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA APARECIDA DA SILVA MEDEIROS

**O PAPEL DA COMSAÚDE NA PROMOÇÃO DE QUINTAIS PRODUTIVOS COMO
RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE ALIMENTAR E ALTERNATIVA
CONTRACOLONIAL**

Porto Nacional, TO

2025

Maria Aparecida da Silva Medeiros

**O papel da COMSAÚDE na promoção de quintais produtivos como resistência à
colonialidade alimentar e alternativa contracolonial**

Artigo apresentado à Universidade Federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto
Nacional para obtenção do título de bacharel em
Ciências Sociais

Orientadora: Professora Dra. Janaína Alexandra
Capistrano da Costa

Porto Nacional, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M488p Medeiros, Maria Aparecida da Silva.
 O papel da Comsaúde na promoção de quintais produtivos como
 resistência à colonialidade alimentar e alternativa contracolonial. / Maria
 Aparecida da Silva Medeiros. – Porto Nacional, TO, 2025.
 35 f.

 Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Porto Nacional - Curso de Ciências Sociais, 2025.
 Orientadora : Janaina Alexandra Capistrano da Costa

 1. Colonialidade alimentar. 2. Contracolonial. 3. Quintais produtivos. 4.
 Resistência. I. Título

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Maria Aparecida da Silva Medeiros

**O papel da COMSAÚDE na promoção de quintais produtivos como resistência à
colonialidade alimentar e alternativa contracolonial**

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do
Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional,
Curso de Ciências Sociais foi avaliado para a obtenção
do título de bacharel e aprovada em sua forma final
pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Janaína Alexandra Capistrano da Costa (orientadora), UFT

Profa. Dra. Fabiana Scoleso, UFT

Profa. Ma. Ana Cleia Ferreira Rosa, UFT

*Aos quintais que me ensinaram a vida. À
minha bisavó, tia-avó, avó e mãe. Mulheres
que, com as mãos calejadas pela terra,
plantaram não apenas sementes, mas também
sonhos e saberes. Foi no ritmo de suas vozes e
no cuidado com a terra que aprendi a
enxergar o mundo como um grande quintal.*

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória é marcada por muita luta e persistência. Foram muitos obstáculos enfrentados para chegar nessa fase de conclusão. Agradeço sobretudo à minha força de vontade e paixão pelas Ciências Sociais, que não me fizeram desistir. Muito pelo contrário, a cada período, tive mais certeza de que fiz a melhor escolha. Foi um caminho traçado por muitas descobertas e mudanças, onde tive o privilégio de contar com pessoas que foram essenciais e ajudaram a tornar esse caminho possível.

Gostaria de agradecer primeiramente à minha avó, Maria Raimunda, minha maior apoiadora, meu porto seguro em todas as fases - principalmente nas mais difíceis -. Seu amor incondicional e sua força me sustentaram. À minha mãe, Claudilene, por todo amor e suporte que conseguiu me dar dentro das suas possibilidades, à minha tia-avó, Marilene (in memoriam), que sempre me incentivava com as palavras mais sábias. Sentirei eternas saudades suas.

À minha tia-avó, Maria de Jesus, a maior inspiração para a elaboração deste trabalho e do meu interesse pela temática. Foi observando seu envolvimento com a terra que pude compreender a potência dos quintais produtivos. Esse trabalho também é uma forma de honrar sua relação com a terra e a sabedoria que ela carrega.

À minha orientadora, Janaína. Mais do que uma guia acadêmica, foi minha companheira de sentipensar, me ajudando a expandir e ir em busca de novos horizontes. Fortalecemos não apenas uma relação de orientadora/orientanda, mas um vínculo de amizade. Obrigada por me incentivar a ser desobediente.

Aos amigos que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis, sendo minha rede de apoio, afago e riso frouxo, me fazendo lembrar que, quem tem amigo, tem tudo. Mesmo que os laços afetivos não sejam expressivos em quantidade, são imensuráveis em qualidade.

À minha psicanalista, por me ajudar, desde 2022, a aprender ouvir a mim mesma, compreender meus processos e lidar com os meus limites e possibilidades. Graças às sessões de análise semanais sou mais consciente dos meus desejos, que são o que me movem.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos participantes dos quintais produtivos que me acolheram e me fizeram sentir pertencente desde o primeiro contato. Minha mais profunda admiração pela luta em prol da autonomia alimentar e pela preservação de saberes e práticas ancestrais.

A todas e todos que de alguma forma fizeram parte desse caminho e contribuíram positivamente para a minha formação profissional e pessoal, meus agradecimentos.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o conceito de colonialidade do poder e como ele está atrelado à produção de alimentos, e exemplificar como os chamados quintais produtivos são espaços de resistência a essa estrutura de poder manifesta no modelo de produção da monocultura do agronegócio. Trata-se de uma pesquisa que buscou dar ênfase aos saberes da terra e às práticas contracoloniais presentes nesses espaços. Utilizando referências como Walter Dignolo, Suely Messeder, Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), dentre outros, para compreensão teórico-analítica acerca do assunto. Assim, analiso a relação e o choque de percepções sobre a terra e a produção de alimentos. Concluo que os quintais produtivos representam uma alternativa ao modelo de produção dominante, promovendo a diversidade cultural, segurança alimentar e preservação de saberes e práticas ancestrais relativas aos alimentos.

Palavras-chaves: Colonialidade alimentar. Contracolonial. Quintais produtivos. Resistência.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo presentar el concepto de colonialidad del poder y cómo está ligado a la producción de alimentos, y ejemplificar cómo los llamados huertos productivos son espacios de resistencia a esa estructura de poder manifiesta en el modelo de producción del monocultivo del agronegocio. Se trata de una investigación que buscó dar énfasis a los saberes de la tierra y a las prácticas contracolonias presentes en esos espacios. Utilizando referencias como Walter Mignolo, Suely Messeder, Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), entre otros, para la comprensión teórico-analítica acerca del asunto. Así, analizo la relación y el choque de percepciones sobre la tierra y la producción de alimentos. Concluyo que los huertos productivos representan una alternativa al modelo de producción dominante, promoviendo la diversidad cultural, seguridad alimentaria y preservación de saberes y prácticas ancestrales relativas a los alimentos.

Palabras clave: Colonialidad alimentaria. Contracolonial. Huertos productivos. Resistencia.

ABSTRACT

This article aims to present the concept of the coloniality of power and how it is tied to food production, as well as to illustrate how so-called *productive backyards* serve as spaces of resistance against this power structure manifested in the monoculture agribusiness model. This research emphasizes the knowledge of the land and the counter-colonial practices present in these spaces. Drawing on references such as Walter Mignolo, Suely Messeder, and Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), among others, the article provides a theoretical-analytical understanding of the subject. It analyzes the relationship and clash of perspectives regarding land and food production. The conclusion is that productive backyards represent an alternative to the dominant production model, promoting cultural diversity, food security, and the preservation of ancestral knowledge and practices related to food.

Keywords: Food coloniality. Counter-colonial. Productive backyards. Resistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS E METODOLOGIA	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, uma onda de incêndios de grandes proporções ocorrida no Brasil afetou diversos biomas, devastando mais de 11 milhões de hectares, sendo 70% deles de vegetação nativa (Soares, 2024 e Sinimbú, 2024). Essa conjuntura causou reações políticas, medidas administrativas e grande comoção nacional e internacional, diante das implicações negativas na saúde humana e planetária, o que alimentou o debate acerca das mudanças climáticas. Conforme Buckeridge (2024), o aumento da temperatura devido às mudanças climáticas globais se tornou decisivo na proporção dos focos de incêndio no mundo todo. Entretanto, foi observado também, em pesquisa do Sistema Alarmes da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que no caso brasileiro praticamente 100% dos incêndios foram produzidos pela ação humana (Moura, 2024).

Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib, 2024), o desastre em questão foi provocado por um modelo de produção agropecuária que, para expandir suas fronteiras, destrói vastas áreas de preservação natural causando desequilíbrios sistêmicos. Vale notar que os territórios indígenas, junto com os territórios quilombolas, conformam parte importante das áreas mais bem preservadas do país (MapBiomas, 2024 e Fasolo & Cezar, 2024), além do fato de as práticas produtivas de alimentos das populações desses locais não gerarem ditos desequilíbrios. De acordo com o Núcleo de Pesquisa e Extensão da USP (Universidade de São Paulo) Sobre Alimentação Sustentável (2024), os sistemas alimentares dos povos tradicionais e originários constituem-se em referências de conhecimentos sobre soluções mais sustentáveis para sistemas locais e globais.

A predominância do modelo de produção agropecuária empresarial, conhecido como agronegócio no Brasil, tem como prioridade a monocultura e a pecuária de forma extensiva. Para o pesquisador do Observatório da Bioeconomia, da Fundação Getúlio Vargas, Eduardo Assad, esse modelo, além de pressionar as comunidades locais e áreas de preservação, constituiu-se em uma das causas de desastres climáticos e ambientais (Alves, 2024). Uma questão importante é a de que mesmo com a expansão dessas atividades agrícolas, não há garantia de comida na mesa da população brasileira, pois esse modelo de produção foca na exportação de soja, milho, açúcar, carne, dentre outros, e não em atender às necessidades alimentares internas do país. Isso acaba gerando concentração de renda e alimentando a desigualdade, uma vez que os lucros da balança comercial retornam majoritariamente para os bolsos de grandes proprietários de terras e mega empresários de produtos primários.

A agricultura familiar¹, em contrapartida, é responsável por 70% dos alimentos produzidos para o consumo da população no Brasil (Bahia, 2024). Dado esse que ressalta a relevância de alternativas e modos de produção de alimentos que possibilitem a garantia da segurança alimentar², bem como sejam menos destrutivos para o ambiente. Uma outra alternativa é o cultivo em quintais produtivos³, espaços onde se manifestam modos outros de vida e de relação com a terra. Nessas experiências, a que chamamos de alternativas ao modelo predominante de relação com a terra, resistem formas semi autônomas de produção e distribuição de alimentos, que não aderiram ao uso irrestrito de agrotóxicos e às tendências dietéticas dominantes, por exemplo. Ailton Krenak em seu livro “O Futuro é Ancestral” (2022) trata sobre a necessidade de a relação com o ambiente urbano ser repensada, desafiando o que é imposto, permitindo que a natureza ou a floresta também façam parte dos espaços domésticos, citando como exemplo disso os quintais. Dessa forma, ele propõe a “florestania” como um retorno à convivência com o cultivo, enfatizando que é necessário reconverter o espaço urbano industrial em um ambiente natural (Krenak, 2022, p. 34).

Como exemplo de experiência relativa aos quintais produtivos, vale ressaltar as atividades do FAS (Fitoterapia e Alimentação Saudável), serviço pertencente à COMSAÚDE⁴ (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação) no município de Porto Nacional, estado do Tocantins, que possui um projeto intitulado “Esse verde que alimenta e cura”. Este tem como objetivo a atuação junto às famílias de baixa renda das zonas urbanas e rurais de Porto Nacional, para promover o aproveitamento de quintais no cultivo de plantas medicinais e hortaliças que estão presentes no Cerrado. O projeto tem cerca de vinte anos de existência e surgiu como ação para enfrentar o contínuo avanço do agronegócio na região em

¹ Na agricultura familiar as práticas agrícolas são realizadas em áreas rurais com mão de obra e gerenciamento de produção familiar. Tais práticas envolvem agricultura, síticultura, aquícultura, extrativismo e também as práticas agrícolas de comunidades tradicionais como quilombolas e povos indígenas.

Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/25-de-julho-dia-internacional-da-agricultura-familiar>

² Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (sigla em inglês), a segurança alimentar diz respeito ao acesso a práticas alimentares que favoreçam a saúde, respeitem as diferentes culturas e sejam sustentáveis nos termos sociais, econômicos e ambientais.

Disponível em: <https://croplifebrasil.org/noticias/seguranca-alimentar>

³ De acordo com o diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Empaer, os quintais produtivos são espaços utilizados por famílias agricultoras para cultivar hortaliças, frutas, ervas medicinais e criação de pequenos animais. Esse espaço tem por finalidade fornecer alimentos frescos e de qualidade para o consumo próprio das famílias, em alguns casos sendo comercializados localmente ou abastecendo programas sociais e institucionais.

Disponível em: <https://empaer.pb.gov.br/noticias/quintais-produtivos-garantem-alimentos-e-renda-para-mais-de-20-mil-familias-agricultoras-na-paraiba>

⁴ A COMSAÚDE é uma organização filantrópica e não-governamental, fundada em 10 de junho de 1969 no município de Porto Nacional, estado do Tocantins.

Disponível em: <https://comsaude-to.com.br>

contraponto à crescente substituição de alimentos locais pelos alimentos importados da região Sudeste (Souza, 2024). O projeto promove capacitações, cursos e oficinas de práticas de cultivos de hortas caseiras, culinária regional, fitoterapia para mulheres em zonas rurais, dentre outros (COMSAÚDE-TO, 2024). Os quintais produtivos como os promovidos pelo FAS explicitam um modelo de produção que resiste ao avanço do agronegócio e da monocultura exportadora, por promover práticas ancestrais de conhecimentos sobre a terra e a valorização das plantas e hortaliças do Cerrado, além de promover também a autonomia alimentar e de cuidados com a saúde através da medicina natural.

Diante disso, percebo que existem projetos de mundo diversos e opostos nesses modos de se relacionar com a terra e produzir alimentos, os quais manifestam relações de poder e dominação, porque um desses modos predomina. Logo, podemos compreender esse cenário a partir da interpretação da colonialidade do poder (Quijano, 1992), principalmente tendo em conta o contexto de um país que se constituiu a partir da conquista e da colonização. Conforme Mignolo (2008) essa matriz de poder perdura mesmo após findado o sistema colonial, através da hierarquização dos saberes que se desdobra na classificação dos seres, na racialização e generificação que, por sua vez, alocam identidades nas relações de autoridade. Para esse autor, sem a colonialidade do conhecimento, não existe a colonialidade do ser, logo, os saberes são intrínsecos às práticas e vice e versa.

A Matriz colonial do poder, nesse sentido, se expressa pela “retórica triunfante da modernidade” (Mignolo, 2017, p. 10), que prega os benefícios da exploração do ambiente natural como se este fosse simples fonte de recurso para o capital, tendo como base ideias de progresso, avanço tecnológico, científico e do crescimento econômico como símbolos de um suposto “desenvolvimento.” Porém, essa retórica encobre o lado obscuro do “paradigma da racionalidade modernidade”, onde encontramos destruição ambiental, devastação de biomas, expropriação de terras e destruição de culturas, colocando como inferiores e atrasados os saberes que não são eurocêntricos. Contudo, conforme Mignolo (2008) e Escobar (2014) nas fronteiras entre o modelo dominante e as formas autóctones e originárias oprimidas pela inferiorização e vulnerabilização, existem espaços onde as cosmo percepções produzem sínteses à favor da vida e enfrentam de uma forma ou de outra a cosmovisão moderna que separa humano e natureza. Nesses espaços, as epistemologias de fronteira são alternativas para evitar o fundamentalismo ocidental e o não ocidental (Mignolo 2008 p. 297).

A hipótese é a de que, diferente das monoculturas do agronegócio, as práticas de produção de alimentos locais, como nos quintais produtivos, representam a resistência de práticas ancestrais e culturais de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e

camponeses, ao mesmo tempo em que absorvem elementos novos e produzem ressignificados de aportes adventícios, criando modos de vida outros. Os quais são caracterizados, desde o prisma da relação com a terra e produção de alimentos, pela diversidade de cultivos, preservação de sementes, de diversidade de espécies e preparados. Além de contribuírem para a segurança alimentar, levando adiante os saberes e práticas tradicionais. Em face disso, com essa pesquisa procurei compreender de forma teórica e empírica sobre como os quintais produtivos são espaços de resistência contracolonial (Santos, 2015) à colonialidade alimentar, a partir da experiência do projeto da COMSAÚDE.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O presente artigo resultou de pesquisa de graduação, cujo objetivo foi estudar a colonialidade alimentar e as formas de resistência contracolonial, como os quintais produtivos, a exemplo do FAS da COMSAÚDE. Sendo assim, nesse trajeto busquei investigar e apresentar o conceito de colonialidade do poder e como está atrelada à produção de alimentos, ou seja, a colonialidade alimentar, bem como realizar um debate epistemológico focando no choque de concepções sobre a terra, contemplando diálogos pluriépistêmicos e por último, analisar e exemplificar como os quintais produtivos do projeto “Esse verde que alimenta e cura” são alternativas contracoloniais.

No que se refere à metodologia empregada para alcançar tais objetivos, adotei uma abordagem qualitativa, baseada na escrita encarnada (Messeder, 2020), me guiando por um conhecimento blasfêmico e decolonial, ao me contrapor à pesquisa baseada na divisão radical entre sujeito e objeto e nos autores e conceitos europeus e ocidentais. Ao me aproximar dessa concepção de pesquisadora encarnada, eu mesma realizo o movimento de desprendimento da matriz epistêmica da colonialidade/modernidade para abrir espaço de plantação para o pluriversalismo, onde busco dialogar (Mignolo, 2008).

Isso me permite reconhecer também que a minha própria experiência enquanto estudante, que durante anos trouxe periodicamente alimentos produzidos pela minha família do estado do Maranhão, meu local de origem, para o estado do Tocantins, local onde estudo, me dando força e autonomia para continuar na universidade e me sensibilizar com o tema de pesquisa aqui abordado. Como pesquisadora encarnada, buscando evocar a minha corporeidade, afirmo o compromisso com minha história, com o ser estar de minha comunidade e com a minha ancestralidade, pois é dela que surge o meu desejo de pesquisar sobre o problema desse artigo, que é configurado teoricamente como tema numa perspectiva macro da estrutura política do poder, a partir das Ciências Sociais.

Logo, essa pesquisa será traçada pela corporeidade, tanto do “nativo”, quanto a minha enquanto pesquisadora, onde estão presentes as marcas de gênero, raça, classe e colonialidade. Lancei mão da revisão bibliográfica para a compreensão teórica, e também realizei uma pesquisa baseada nos saberes dos sujeitos pesquisados, com os quais participei de três reuniões, sendo duas *online* via *Google Meet* e uma presencialmente, onde foram feitas as coletas de dados. Tais sujeitos são integrantes do FAS (Fitoterapia e Alimentação Saudável), serviço que pertence à COMSAÚDE. Trata-se de pequenos agricultores dos chamados quintais produtivos, que tem como título do projeto “Esse verde que alimenta e cura”. A partir das reuniões realizadas, analiso os dados coletados para exemplificar que os quintais produtivos são uma prática contracolonial de resistência à colonialidade alimentar. “O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do

colonialismo” (Santos, 2020, p. 36).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na obra “Quarto de Despejo” da escritora Carolina Maria de Jesus (1960) a questão da fome e da importância de se alimentar é uma das mais pertinentes, como transparece no trecho a seguir:

A comida no estômago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? (Jesus, 1960, p. 38).

Quando li o diário de Carolina, percebi profundamente a relevância que o ato de comer tem para a vida de todas pessoas, indo muito além de ser apenas um ato fisiológico de atender as necessidades do nosso corpo, mas de perceber as práticas que estão ligadas à questão da alimentação, que também se relacionam às dimensões sociais, de raça, de gênero, culturais, ambientais, de classe e de poder.

A produção de alimentos configura-se como uma das atividades primordiais para a manutenção da vida no planeta, ao mesmo tempo em que é instrumentalizada em função da dominação do estilo de vida do “povo da mercadoria”, como afirmou Davi Kopenawa (2010), segundo o qual, esse enunciado se refere aos não indígenas, sobretudo aos brancos, os quais são caracterizados por sua obsessão com bens materiais, consumo e acumulação de riquezas (Kopenawa e Albert, 2010, p. 407). A colonialidade alimentar, impõe modos de produção de alimento, bem como regimes alimentares que excluem grande parte da população e tem como um dos seus desdobramentos mais nefastos, a fome.

No meu contexto de vida e de formação na graduação em Ciências Sociais na UFT (Universidade Federal do Tocantins), as questões da produção e do acesso a alimentos é marcada pelo avanço predatório da monocultura e a devastação de terras com a expansão do agronegócio, tendo como exemplo principal disso o MATOPIBA. Esse projeto de desenvolvimento abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia; parte do Cerrado brasileiro que fica localizado entre as regiões Norte e Nordeste, onde esse modelo de produção agrícola vem se intensificando cada vez mais, representando uma das facetas mais cruéis de desigualdade e subordinação socioeconômica. Entre Janeiro de 2023 e julho de 2024, o desmatamento no Cerrado brasileiro resultou na emissão de 135 milhões de toneladas de CO₂, superando as emissões de todo setor industrial do Brasil. Conforme dados do Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado (SAD Cerrado), desenvolvido pelo Ipam. A região do MATOPIBA, considerada um dos principais polos de expansão agropecuária no país, foi responsável por 80% dessas emissões, com mais de 2,7 milhões de hectares desmatados entre 2019 e 2023, principalmente para a produção de monoculturas como a soja. Apesar da importância do Cerrado para a segurança hídrica, alimentar e econômica do país, a preservação do bioma enfrenta desafios impostos pelo código florestal, que permite o

desmatamento de até 80% da vegetação nativa em áreas privadas (Bataier, 2024).

No intuito de compreender os quintais produtivos do projeto “Esse verde que alimenta e cura” como resistência à colonialidade alimentar, e de que forma esses espaços podem ser tidos como exemplos contracoloniais, as palavras germinantes de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) foram semeadas nesta pesquisa. De acordo com esse líder quilombola, o qual era pertencente a uma comunidade rural do Piauí, em seu livro intitulado por “Colonização, quilombo: modos e significados” (Santos, 2015), podemos “compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.” (Santos, 2015, p. 48).

Já do ponto de vista decolonial, as obras de Walter Mignolo (2008, 2015, 2017) e de Aníbal Quijano (1992) ajudam a compreender a estrutura da colonialidade do poder e como contraponto à ela, os campos da desobediência epistêmica, onde as cosmo percepções florescem, dando sentidos outros às relações com a terra e os alimentos. Outro referencial teórico importante para a realização dessa pesquisa foi Arturo Escobar, que na sua obra “*Sentipensar con la tierra : nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*” (2014) conceitua o sentipensar, como sendo a forma como as comunidades territorializadas aprenderam a arte de viver, produzindo conhecimento por meio da relação entre o coração e a mente, o que ele denomina por “*corazonar*”. Na mesma obra, o autor faz críticas à concepção de “desenvolvimento” e às narrativas associadas a essa ideia, amparadas no discurso de “progresso”. Nesse sentido, ele aborda a questão dos movimentos sociais, como dos povos indígenas, afrodescendentes, ambientalistas, camponeses e mulheres como alternativas ao “desenvolvimento”. De acordo com Escobar, o discurso de “desenvolvimento” possui aparatos institucionais e reforça a dominação do saber ocidental, colocando saberes locais de regiões como América Latina, África e Ásia como “subdesenvolvidos”, reverberando, assim, a colonialidade do poder por meio do discurso de “desenvolvimento” (Escobar, 2014, p. 28-29).

Nêgo Bispo também tece críticas ao desenvolvimento:

Se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmo fobia. Vamos dizer que a cosmo fobia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento (Santos, 2023, p. 03).

Dessa forma, o desenvolvimento implica numa relação comercializada e objetificada com a terra, que tem como base epistemológica a cosmo fobia, distanciando os seres humanos do seu ambiente. Enquanto o desenvolvimento é linear, distancia e explora, como contraponto, o envolvimento é circular e de forma integrada, tendo uma relação de respeito com a comunidade e o ambiente. O envolvimento é a continuidade dos modos de vida tradicionais e uma prática de resistência ao desenvolvimento que causa a cosmo fobia. Seguindo essa lógica dos contrapontos apresentados por Nêgo Bispo, é apresentada por ele as

propostas contracoloniais de biointeração, onde há uma relação de respeito e integração com a natureza e a confluência, que para ele é a dinâmica que rege a convivência entre seres humanos e não humanos, mostrando que nem tudo se mistura ou se iguala, mas que pode coexistir como um rio que conflui com o outro (Santos, 2015, p. 89-91).

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A colonialidade alimentar se manifesta pela imposição de um modelo de produção de alimentos que inferioriza saberes tradicionais e restringe a autonomia alimentar das comunidades locais. A partir desse referencial, esta análise aborda os quintais produtivos e de que forma podem ser compreendidos como espaços de resistência, desafiando a colonialidade do poder/saber ao reafirmar concepções alternativas de produção de alimentos e da relação com a terra. Essa discussão e análise de dados investigou a colonialidade do poder e como ela está atrelada à produção de alimentos, trazendo um debate epistemológico do choque de concepções sobre a terra e a partir disso, exemplificando como os quintais produtivos, no caso aqui analisado, o projeto do FAS - COMSAÚDE: “Esse verde que alimenta e cura”, são espaços de resistência, por apresentar alternativas que ressaltam práticas ancestrais. Buscando com isso explicitar essas dinâmicas, articulando os dados obtidos com a discussão teórica sobre a colonialidade do poder, a desobediência epistêmica e a contracolônização.

Esse artigo utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, optando por fazer um estudo teórico e empírico sobre a colonialidade alimentar e os quintais produtivos como alternativa de resistência contracolônial. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e a coleta de dados das reuniões realizadas com os integrantes do projeto “Esse verde que alimenta e cura” da COMSAÚDE. A escolha dos quintais produtivos do citado projeto se justifica pelo seu potencial enquanto prática contracolônial no campo da alimentação, pois representa uma iniciativa concreta de resgate e valorização dos saberes locais. O projeto promove autonomia alimentar a partir de uma lógica que se contrapõe ao agronegócio predominante na região. Além disso, os quintais produtivos funcionam como espaços de transmissão de conhecimentos ancestrais estabelecendo, dessa forma, um diálogo com o referencial teórico aqui proposto, uma vez que este assenta-se no protagonismo das epistemologias ancestrais.

O conceito de colonialidade surge das reflexões de diversos autores latino-americanos, tendo como principal influência os pensamentos de Aníbal Quijano, um sociólogo peruano, que tem suas análises consideradas como essenciais para compreender como as estruturas de poder coloniais se reverberam mesmo depois do “fim” do colonialismo. Ele explicita como as estruturas de poder da colonialidade moldam as relações sociais, econômicas e epistêmicas na chamada América Latina. Segundo Aníbal Quijano (1992) a colonialidade do poder constituiu-se numa estrutura de poder e dominação, que tem como alicerce práticas de subjetivação, controle social e discriminação étnico/racial. Sendo esse um sistema que articula raça, gênero e trabalho, territórios e populações, tendo suas raízes fincadas na estrutura colonial.

No entanto, a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, dependendo dos momentos, dos agentes e das populações envolvidas.

Essas construções intersubjetivas, fruto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias com pretensão científica e objetiva da significação histórica, ou seja como fenômenos naturais e não como parte da história do poder (Quijano, 1992, p. 12, tradução nossa).

Para o autor, a colonialidade está diretamente ligada à modernidade eurocêntrica, sendo uma consequência inevitável dessa lógica, ou seja, a modernidade se sustenta na desigualdade entre a Europa e os continentes que foram colonizados, impondo aos povos desses lugares a subordinação de seus saberes, práticas e das subjetividades dos mesmos.

De acordo com Walter D. Mignolo (2015), a “matriz colonial do poder” é uma estrutura complexa, onde seus níveis estão interligados, sendo que a colonialidade do poder engloba diferentes formas de dominação que ultrapassam a esfera econômica e política estruturando o próprio modo como o mundo é organizado e percebido. Dentro dessa estrutura da colonialidade do poder, enfatizo aqui três das dimensões de controle que se conectam com o tema de pesquisa aqui proposto, como o controle da economia que se refere ao modelo econômico baseado na exploração dos povos colonizados, apropriação de recursos naturais para geração de lucro para o capital. O controle da natureza e dos recursos naturais dos países que sofreram a colonização em benefícios de corporações multinacionais. E por último, o controle da subjetividade e do conhecimento que se dá pela desvalorização dos saberes indígenas, africanos e de outros povos colonizados, impondo a predominância do pensamento ocidental como única forma legítima de conhecimento (Mignolo, 2025, p. 12).

Além disso, a colonialidade do poder também se manifesta pela colonialidade dos sentidos e a colonialidade do saber, a qual o Ocidente possui o monopólio do conhecimento, inferiorizando epistemologias outras como as do Sul Global, a colonialidade do ser que se dá pela negação da humanidade e da existência dos povos colonizados, subalternizando-os, e a colonialidade do fazer e do pensar que impõem modos específicos de produção, trabalho e raciocínio, desconsiderando as práticas e saberes locais (Mignolo, 2015, p. 12)

Em suma, a colonialidade do poder remete à complexa matriz ou padrão de poder sustentado em dois pilares: o conhecer (epistemologia), o entender ou compreender (hermenêutica) e o sentir (aesthesis). O controle da economia e da autoridade (teoria política e econômica) depende das bases sobre as quais se fundamentam o conhecer, o compreender e o sentir. A matriz colonial de poder é, em última instância, uma rede de crenças que orienta a ação e a racionalização das práticas sociais, sendo utilizada para obter vantagens ou para impor sofrimentos e desigualdades (Mignolo, 2015, p. 12).

Tendo em vista que a colonialidade do poder é formada por essa complexa estrutura, carregada por diversas dimensões moldadas na sociedade, percebo como elas estão presentes em um dos principais símbolos de expansão do agronegócio no Brasil que é o MATOPIBA, o qual é impulsionado pela produção de *commodities*⁵ como a soja para a exportação. Esse

⁵ De acordo com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, as *commodities* referem-se a produtos de origem agropecuária ou mineral produzidos em grande escala voltados para a exportação. Seu valor no mercado é definido pela oferta e demanda. No Brasil, os principais exemplos são café, soja, trigo e petróleo.

modelo econômico de produção de alimentos manifesta a colonialidade do poder, pois o mesmo concentra terras e recursos nas mãos de grandes latifundiários e empresas transnacionais, fazendo com que as comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, enfrentem expulsões de seus territórios. Com a ideia de promover o “progresso”, o MATOPIBA gera impactos sociais graves, intensificando a destruição do Cerrado, aumentando a pobreza e forçando o deslocamento das populações locais (Pereira e Sanchez, 2016, p.01).

Atualmente, Matopiba é considerada uma grande fronteira agrícola que tem chamado atenção de investidores estrangeiros e grandes produtores devido a seus fatores locais (topografia plana que facilita mecanização; solos profundos e o clima favorável ao cultivo de grãos) (Silva; Monteiro, 2020 apud Blanco et al., 2021, p.175). Por isso, a região tem se tornado palco de intensos conflitos e disputas entre os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, agricultores familiares) e os grandes latifundiários que chegaram à região com o avanço do agronegócio (FIAN, 2018 apud Blanco et al., 2021, p. 175).

Os povos indígenas e as demais comunidades tradicionais mantêm uma relação profunda de pertencimento com o seu ambiente natural e cosmológico, criando uma relação de interdependência para a sua subsistência. No entanto, o modelo de “desenvolvimento” baseado na exploração de recursos naturais revela um caminho para a autodestruição, tendo como causadores os mega empresários do agronegócio com o Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) que é o MATOPIBA. Para os representantes do agronegócio, as populações tradicionais são vistas como obstáculos para os seus projetos de “desenvolvimento”, motivo pelo qual eles buscam expulsá-los ou eliminá-los de seus territórios (Pereira e Sanchez, 2016, p.01).

De acordo com o estudo elaborado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa):

O estudo Projeções do Agronegócio, Brasil 2022/23 a 2032/33 mostrou que a região formada pelo Norte e Nordeste dos estados de Maranhão (33%), Tocantins (38%), Piauí (11%) e Bahia (18%), conhecida como Matopiba, tem uma dinâmica diferenciada de crescimento agrícola. Os quatro estados devem atingir uma produção de grãos de 48 milhões de toneladas nos próximos dez anos, alta de 37%, em uma área plantada de 11 milhões de hectares, em 2032/33. O crescimento da região deve ocorrer baseado na produtividade. Nos últimos dez anos, a produção de grãos no Matopiba aumentou 92%, passando de 18 milhões de toneladas (safra 2013/14) para as atuais 35 milhões de toneladas. Com 337 municípios, o Matopiba tem como principais produtores de grãos Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, na Bahia; Balsas e Tasso Fragoso, no Maranhão; Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí, no Piauí; e Campos Lindos, no Tocantins. (Gov, 2023)

O território do MATOPIBA teve como principal critério as áreas do Cerrado presentes nos quatro estados que fazem parte desse projeto, sendo este, o bioma mais ameaçado pela expansão do agronegócio, e como consequência disso, os povos do Cerrado são os mais impactados pelos danos ambientais que ela provoca. Segundo dados da Agência Senado (2024) o desmatamento do Cerrado ultrapassa o da Amazônia:

Nosso último dado aponta que, considerando o Cerrado como um todo, a gente já tem uma perda de mais de 50% da vegetação, e com isso a redução hídrica, os problemas climáticos que estamos vivenciando e a perda de biodiversidade. (...) O quanto que a gente perdeu ao longo dessas décadas, é um ritmo muito acelerado — afirmou Elaine. Ela acrescentou que a maior forma de desmatamento do Cerrado tem sido para formação de pastagens, chegando a aproximadamente 77 milhões de hectares de pastos e, aproximadamente, 23 milhões de hectares de agricultura (Agência Senado, 2024).

Levando em consideração os dados acima mencionados, percebo que a lógica da racionalidade modernidade/colonialidade está ligada à monocultura, que explora recursos naturais e concentra terras, inserida na dimensão de controle da natureza da matriz colonial do poder. Causando devastação do Cerrado, ameaçando os modos de vida das comunidades e a vida como um todo. O uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos degrada os solos, o que impacta a segurança alimentar e hídrica das populações locais.

O avanço do agronegócio tem provocado mudanças na paisagem natural do Cerrado e no uso do solo, “As vegetações tortas das chapadas são substituídas pelas paisagens uniformes dos monocultivos de soja, cana, algodão e do eucalipto, acompanhadas do uso desenfreado de agrotóxicos que envenenam águas, solos e toda a cadeia de seres vivos” (CPT, 2020, p. 1 apud Blanco et al., 2021, p. 186). Dessa forma, a vegetação nativa perde espaço para extensas pastagens e para lavoura de grãos, baseadas no latifúndio monocultor, ademais o uso de agrotóxicos torna-se recorrente, fomentando impactos ambientais nos recursos naturais do bioma. (Blanco et al., 2021, p. 186)

O controle da economia impõe relações desiguais de trabalho, exploração de mão de obra e a desvalorização de saberes tradicionais na produção de alimentos, causando com isso também o controle da subjetividade. A colonialidade do saber é manifestada na alimentação, quando os sistemas de agricultura baseados nos conhecimentos indígenas, quilombolas e camponeses são deslegitimados a favor do modelo industrial e da monocultura.

A maioria da população, cerca de 80%, que habita a região do Matopiba é classificada como pobre e responsável por uma porção pequena da produtividade na região. Ao contrário, a minoria dos seus habitantes são de classe rica. Com capital, essa minoria populacional se apropria de terras com grandes extensões no território, possibilitando alta produtividade e maior participação na renda bruta da região do Matopiba (Blanco et al., 2021, p. 182).

As comunidades tradicionais enfrentam fortemente a expansão do agronegócio na região, buscando permanecer em seus territórios marcados por disputas e invasões. É

importante enfatizar que essa expansão resulta no desmatamento, contaminação das águas, alterações climáticas, dentre outros, que acabam agravando ainda mais os conflitos. Sendo assim, as comunidades tradicionais além de lutarem pela preservação ambiental, também protegem a natureza presente em seus territórios, sendo esse um modelo alternativo ao de desenvolvimento (Escobar, 2014).

Arturo Escobar (2014) critica a ideia de desenvolvimento que é formada pelo Ocidente e colocada como universal, enfatizando que por meio desse discurso são impostas formas de vida que ignoram os modos de existência das comunidades tradicionais. Por meio do discurso desenvolvimentista o Sul Global foi qualificado como subdesenvolvido. Conforme essa noção, além de um conjunto de políticas e práticas econômicas, o desenvolvimento também é uma construção ideológica que molda a forma como o social percebe e organiza o mundo.

Nos anos oitenta e, especialmente, nos anos noventa, um número crescente de críticas culturais em muitas partes do mundo começou a questionar o próprio conceito de desenvolvimento. Esses críticos analisaram o desenvolvimento como um “discurso” (a categoria do momento) de origem ocidental, que operava como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo: esse foi o terceiro momento (Escobar, 2014, p. 28, tradução nossa).

Logo, o desenvolvimento impõe padrões às sociedades do Sul Global, definindo o que seria progresso, modernidade e bem estar pela visão eurocêntrica. De acordo com o autor, o desenvolvimento funcionou como um mecanismo de produção, ou seja, uma ferramenta que molda a realidade econômica, social e cultural do terceiro mundo:

Não apenas o projeto de desenvolvimento continua de vento em popa, como também parece ter se fortalecido desde meados da década de noventa. Como Esteve, um dos críticos mais lúcidos e persistentes do “desenvolvimento”, afirmou em sua análise mais recente: “o desenvolvimento fracassou como um projeto socioeconômico, mas o discurso do desenvolvimento ainda contamina a realidade social” (Escobar, 2014, p. 32, tradução nossa).

A crítica do autor ao discurso do desenvolvimento permite perceber como ele representa o discurso de desenvolvimento do MATOPIBA. Sendo que este se apresenta como um projeto de desenvolvimento econômico para o Cerrado, mas que na prática, perpetua a lógica da colonialidade do poder por meio da devastação ambiental e fomentação de desigualdade social, exploração e violência às comunidades locais.

Além da crítica ao desenvolvimento feita pelo autor, ele também apresenta as alternativas ao desenvolvimento. Essas alternativas segundo ele se baseiam pela perspectiva da descolonização, do Bem Viver e da valorização de modos de vida outros que são coletivos. Sendo assim, Arturo faz referência à modernidade, colonialidade e descolonialidade (MCD),

ressaltando a importância da descolonização epistêmica, ou seja, valorizando com isso os saberes das comunidades territorializadas. Nesse caso o Bem Viver é uma proposta central de ação comunitária e política que promove a vida em harmonia com a natureza e a coletividade (Escobar, 2014, p. 32).

Sendo assim, as comunidades locais resistem ao modelo de desenvolvimento que é imposto e mostram por meio de práticas, alternativas à esse modelo, como por exemplo os quintais produtivos que se baseiam na transmissão de conhecimentos ancestrais sobre o modo de se relacionar com a terra, dialogando com as alternativas defendidas por Arturo Escobar. Nesse sentido, são percebidas as relações entre as ideias de Arturo Escobar (2014) com as de Walter Mignolo (2008), trazendo concepções de entendimento sobre as fronteiras entre o modelo agrícola predominante como o MATOPIBA e alternativas que resistem a esse modelo.

Os saberes de fronteira se referem aos conhecimentos produzidos a partir das experiências das populações que vivem à margem do mundo moderno/colonial e sob influência direta dele (Mignolo, 2008, p. 297). São saberes que não pertencem ao centro de produção de conhecimento da Europa e América do Norte, mas sim, da realidade de povos indígenas, quilombolas, camponeses, que resistem às imposições da lógica da racionalidade/modernidade. Então o que Mignolo propõe ancorado nas ideias de Aníbal Quijano é a desobediência epistêmica, ou seja, para romper com a dominação ocidental e a sua lógica, o autor enfatiza que é necessário um ato de insurgência no campo do conhecimento que é o enfrentamento às categorias e modos de vida impostos pelo Ocidente.

A desobediência epistêmica é então o movimento de desencadeamento epistêmico (Mignolo, 2008, p. 288) para a libertação dos modos de pensar, fazer e agir coloniais, dando ênfase para epistemologias outras, emergentes de experiências e subjetividade de populações que foram historicamente marginalizadas. Ao trazer alternativas à colonialidade do poder estando atrelada ao modelo de produção de alimentos e do choque na concepção entre o modelo de desenvolvimento pautado pelo agronegócio e de espaços de fronteiras de saberes e de desobediência epistêmica, abro espaço para abordar e valorizar epistemologias outras, que não apenas resistem, mas propõem alternativas concretas ao modelo de produção dominante.

Nesse contexto, os quintais produtivos representam e exemplificam uma dessas alternativas, onde a relação com a terra se dá por meio de concepções coletivas e comunitárias, tendo suas práticas enraizadas em saberes ancestrais. Os quintais produtivos exercem um papel fundamental para a garantia da segurança alimentar das famílias, além de contribuírem para a preservação cultural, saberes tradicionais e manterem a biodiversidade

local. São espaços que possuem uma grande diversidade de espécies vegetais, dentre elas, plantas alimentícias, ornamentais e medicinais, tanto as nativas, quanto as exóticas, abrangendo também o cultivo de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

De acordo com Soares (2020, apud KOCH et al., 2024):

Os quintais produtivos são espaços multifuncionais bastante presentes no contexto da agricultura familiar. Esses espaços apresentam produções de famílias agricultoras com suas características culturais, por meio de técnicas específicas e também de plantas regionais capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional dos mesmos e também o cuidado medicinal. Embora os saberes tradicionais sejam construídos de acordo com a necessidade das famílias, em suas batalhas diárias, são específicos e intimamente ligados ao cotidiano e à cultura dos sujeitos que guardam esses saberes. Compreender os saberes tradicionais significa compreender a natureza da sabedoria local, que se baseia na complexa inter-relação entre crenças, conhecimentos e práticas (TOLEDO, 2015, apud KOCH et al., 2024, p. 02).

Tendo em conta essa definição de quintais produtivos e da importância desses espaços, considero os quintais produtivos do FAS aqui já mencionados. Diante da expansão do agronegócio no estado do Tocantins e da substituição crescente de alimentos locais por produtos importados do Sudeste nos supermercados da cidade, além do aumento da desnutrição infantil entre as famílias mais vulneráveis, a COMSAÚDE criou em 1992, o Serviço de Fitoterapia e Alimentação Saudável (FAS). Este tem como objetivo orientar a população sobre o aproveitamento integral dos alimentos e incentivar o uso de plantas medicinais do Cerrado (Souza, 2024).

O FAS realiza junto com as famílias de baixa renda e da zona rural de Porto Nacional, o projeto “Esse verde que alimenta e cura”, que busca estimular o cultivo e o uso de plantas medicinais e hortaliças nos quintais. O projeto já promoveu oficinas comunitárias sobre o uso sustentável das plantas do Cerrado e produziu fitoterápicos, que foram doados a creches, abrigos, escolas, grupos de mulheres, idosos e pacientes crônicos, beneficiando aproximadamente 1.500 pessoas (Souza, 2024).

Ao longo dos anos, o FAS realizou diversos projetos voltados à segurança alimentar e ao uso sustentável das plantas medicinais, incluindo quintais produtivos, produção de fitoterápicos e capacitação comunitária. Foram ofertados cursos de culinária regional, fitoterapia para mulheres de comunidades rurais, formação para agentes comunitários de saúde e oficinas sobre planejamento financeiro. A COMSAÚDE segue promovendo palestras e atividades educativas sobre alimentação saudável por meio do cultivo dos quintais produtivos e o uso de plantas medicinais locais.

Realizei três encontros com membros do projeto, sendo que os dois primeiros aconteceram com dois dos participantes, de forma *online* via *Google Meet*, e o último

aconteceu presencialmente no espaço da COMSAÚDE de forma coletiva. Ao longo dessas reuniões, dialogamos sobre a segurança alimentar e as ameaças causadas aos quintais produtivos por conta das mudanças climáticas, pensando em estratégias coletivas para fortalecer a autonomia dos cultivadores.

Para os agricultores, a comida não é apenas produto para consumo, mas representa uma relação de reciprocidade e coletividade entre as pessoas e o território que vivem. Isso se manifesta na forma como os quintais produtivos são cultivados, tendo prioridade para a diversidade de alimentos plantados, percebendo nessa relação conforme Bispo que “A comida alimenta o corpo e a alma - a comida para nós não é só comida” (Santos, 2023, p. 27).

Na primeira reunião, realizada de forma *online* via *Google Meet* com Luciana Pereira de Souza, diretora presidente da COMSAÚDE, ela relatou que atua em dois grupos, sendo o primeiro composto por mulheres negras que cultivam quintais produtivos, tendo foco não apenas na produção de alimentos, mas também na relação com a terra, onde o contato com as plantas medicinais se faz presente. O segundo grupo é formado pelas 127 famílias que foram despejadas do assentamento Jacutinga, povoado de Porto Nacional - TO. Segundo Luciana, após perderem tudo, tais famílias começaram a se organizar para cultivar novamente. Hoje em dia, algumas das famílias já conseguem vender o que produzem, como a mostarda, por exemplo, que se tornou símbolo de resistência e autonomia para eles.

A compostagem e o cultivo orgânico são práticas centrais dessas famílias, o que reflete no que Nêgo Bispo chama de “saber orgânico”, ou seja “orgânico é aquilo que todas as vidas podem acessar. O que as vidas não podem acessar não é orgânico, é mercadoria – com ou sem veneno.” (Santos, 2023, p. 66). Sendo assim, os cultivadores confluem com a terra, onde o respeito pelos ciclos dela prevalece à lógica do desenvolvimento. A confluência, conforme Nêgo Bispo, é uma lei que rege a convivência entre os elementos da natureza, enfatizando que é o modo como as vidas são compartilhadas com outras vidas. Bispo ressalta que “nem tudo que se ajunta, se mistura”, ou seja, a diversidade é preservada e valorizada (Santos, 2015, p. 89).

Nesse sentido, a confluência está relacionada ao pensamento plurista dos povos politeístas, que reconhecem e celebram a multiplicidade de formas de vida existentes na terra. Esse pensamento contrasta com a visão monoteísta e colonialista, que tem como foco impor uma única verdade ou maneira de ser e estar no mundo (Santos, 2015, p. 89). Dessa forma, essas famílias apresentam modos de vida outros onde o respeito e a relação de pertencimento com a terra prevalecem à lógica mercantilista do mundo moderno/colonial. Nêgo Bispo critica à colonialidade e relata que “quando o agronegócio chegou por aqui, nos disseram

para não consumir boa parte dos frutos que costumávamos consumir. Tudo aquilo que não era mercadoria era ruim, só o que era mercadoria prestava.” (Santos, 2023, p. 52).

De acordo com a citação acima, é notável que o agronegócio está atrelado aos mecanismos da lógica da racionalidade modernidade/colonialidade como referenciado nesta pesquisa, o qual utiliza dos mecanismos de poder para impor um modelo universalizado de produção que valoriza apenas o lucro advindo da mercadorização de recursos naturais. Entretanto, essas famílias, ao resgatarem suas práticas tradicionais e contrárias à lógica do agronegócio, estão praticando o que Nêgo Bispo chama de contracolonização. Para ele, a contracolonização emerge das práticas, ou seja, para contracolonizar, é necessário sair da teoria e priorizar a trajetória. Ele também ressalta que a contracolonização é feita por aqueles que resistem e que não se renderam ao discurso da colonialidade, e que continuam mantendo vivos seus modos de vida, suas práticas e conexão com a terra (Santos, 2015, p. 48).

A segunda reunião que tive também foi *online*, via *Google Meet*, onde na oportunidade conversei com Jânio, professor do Instituto Federal do Tocantins, que compartilhou a sua experiência de cultivar no quintal de casa como uma forma terapêutica enquanto passava por um momento difícil de sua vida. Jânio também é integrante do projeto e relatou que assim que começou a participar dos encontros, ele deu a ideia dos cultivadores plantarem a mostarda, que acabou resultando num cultivo muito significativo para muitas famílias. Também mencionou a “Mulatinha” como é chamada a planta popularmente, que serve para utilizar na medicina natural e ajudou no processo de cicatrização de uma cirurgia que sua companheira havia realizado.

Percebo que essa prática de usar o quintal como farmácia viva reflete a bionteração, na qual humanos e natureza se entrelaçam de forma vitalizadora. A biointeração conforme Nêgo Bispo é uma forma de agir e pensar colocando a vida no centro do círculo, reconhecendo que somos apenas uma parte interdependente das outras partes do grande círculo da vida:

A biointeração, em que a vida passa a ser o centro orientador do que se pensa, do que se faz, do que se faz pensando, do que se pensa fazendo, possibilitando encontros vitais nos quais a diferença não é exatamente problema, mas parte dessa fluência, que quando trazida, de modo encantado, promove expansão e vitalização e não uma mortificação cosmo-fóbica que finde por des-envolver os humanos da natureza. (Nascimento e Rufino, 2023, p. 05)

O seguinte trecho da citação acima “do que se pensa, do que se faz, do que se faz pensando, do que se pensa fazendo” revela uma integração entre o pensamento e a ação, e é nesse sentido que Nêgo Bispo buscou dialogar durante sua trajetória neste plano. Não existe

separação entre a teoria e a prática, elas precisam estar entrelaçadas. Essa fluidez entre o pensar e agir é de extrema importância para a bionteração, pois através dela se obtém uma relação mais orgânica com o mundo.

Jânio citou Dona Francisca durante nossa reunião, uma das participantes do projeto que preserva espécimes de feijão e de mandioca que eram cultivadas pelo seu falecido companheiro. Ela compartilha as manivas de mandioca com as demais pessoas do grupo, para que elas não se percam. Essa ação exemplifica o que Nêgo Bispo quer dizer quando ele afirma que:

Além disso, as variedades de mandiocas que cultivávamos se desenvolviam em diversos ciclos: havia mandiocas com ciclo de seis meses (chamadas de macaxeiras), de um ano, de dois anos e de ciclo permanente. Isso porque, segundo nossas mestras e mestres, a mandioca nós podíamos acumular, mas o melhor lugar de guardar a mandioca é na terra. (Santos, 2015, p. 84)

Além de explicitar que as práticas tradicionais de cultivo de alimentos acontecem por meio de um conhecimento que possui método, que demonstra a ciência das comunidades tradicionais sobre a terra, essa prática de preservação e do compartilhamento de sementes é um ato de resistência contra o modelo da monocultura do agronegócio.

O terceiro e último encontro com os participantes do projeto aconteceu na COMSAÚDE, que se localiza no centro histórico de Porto Nacional -TO, e teve como tema “Vivência prática de quintais produtivos e plantas medicinais”. Fui convidada pela diretora presidente da COMSAÚDE e coordenadora do projeto, anteriormente já mencionada e que é popularmente conhecida como Luciana Taquarussu. Os encontros dos quintais produtivos com as famílias do povoado Jacutinga acontecem de forma trimestral, e às vezes demora até mais, por conta da dificuldade de locomoção do povoado para a cidade e da disponibilidade de tempo dos cultivadores.



Fonte: COMSAÚDE, 21 de jun. de 2024.

Esse encontro teve como principal objetivo discutir sobre as consequências da crise climática para o cultivo de hortas e plantas medicinais nos quintais, reforçando a importância da luta e da organização do grupo em prol da justiça climática. Uma alerta também para a seca que aconteceu durante o ano de 2024, a qual afetou os córregos da região onde alguns dos cultivadores vivem, o que acabou dificultando o cultivo e o sustento dessas famílias. A partir dessa questão, surgiu a proposta de recuperar nascentes e criar um viveiro de plantas frutíferas do Cerrado, no intuito de reflorestamento e de preservação e reprodução desses alimentos.

Essa questão discutida no encontro da proposta de reflorestamento de áreas afetadas pela crise climática está relacionada com a confluência de Nêgo Bispo, onde as diferentes maneiras de pensar, agir, sentir e viver se conectam, a qual nesse sentido, busca pela preservação da natureza e pela diversificação dos frutos de um dos biomas mais explorados pela monocultura do agronegócio como já abordado neste artigo. Essas ações demonstram como esse grupo de cultivadores de quintais continuam resistindo com suas práticas e se organizando para combater os prejuízos causados pelo desenvolvimento. Ações essas que buscam pela justiça climática.

No decorrer do encontro, nos organizamos em círculo e todos tivemos a oportunidade de falar, além da troca de experiências sobre seus cultivos, e no final, trocas de mudas de plantas. O que me remeteu à forma de se relacionar dos povos “afro-pindorânicos”, que conforme Nêgo Bispo:

As manifestações culturais dos povos afro-pindorânicos pagãos politeístas são organizadas geralmente em estruturas circulares com participantes de ambos os sexos, de diversas faixas etárias e número ilimitado de participantes. As atividades são organizadas por fundamentos e princípios filosóficos comunitários que são verdadeiros ensinamentos de vida (Santos, 2025, p. 41).

Logo, os cultivadores de quintais produtivos do projeto da COMSAÚDE, se relacionam de forma circular, aprendendo de forma coletiva, sem hierarquização de saberes. Esse espaço possibilita a confluência de diferentes conhecimentos, onde a contracolonização ocorre por meio de suas práticas e trajetórias. Além disso, a organização do grupo reflete movimentos de formas de aprendizagem horizontais e não lineares. Durante o diálogo que tivemos nessa roda, Luciana falou a seguinte frase “ninguém vende soja na feira”. Sua fala demonstra como a lógica de desenvolvimento que é colocada pela retórica triunfante da modernidade com a ideia de que aquele modelo de produção de *commodities* do agronegócio proporciona renda e alimento às famílias das regiões afetadas por esses projetos, na verdade

encobre o lado obscuro dessa tal modernidade que causa toda a desigualdade e prejuízos socioambientais. Seguem as fotos do encontro:



Fotos: Encontro dos quintais produtivos da COMSAÚDE, 22 de nov. de 2024.

Além da troca de saberes e reflexões acerca dos quintais produtivos e da crise climática, foi realizado um planejamento para 2025 que inclui a recuperação de nascentes aqui já mencionadas, oficinas para aprender sobre os recursos hídricos e a construção de viveiros frutíferos do Cerrado. Essas ações têm como objetivo fortalecer a autonomia dessas famílias e da diversificação dos cultivos, resistindo à expansão da soja, que segundo um dos participantes presentes: “traz pragas e dificulta o cultivo orgânico”. Portanto, essa resistência ao agronegócio é um exemplo da contracolônização proposta por Nêgo Bispo, pois essas famílias pertencentes ao grupo de quintais produtivos e plantas medicinais da COMSAÚDE se recusam à submissão da lógica de desenvolvimento predatório, onde a colonialidade do poder se reverbera.

Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades (Santos, 2015, p. 48).

Nêgo Bispo nomeia o desenvolvimento como uma “variante da cosmofofia” (Santos, 2023, p. 03), ou seja, a partir dessa definição, o mesmo critica o modelo de desenvolvimento que impõe uma visão de progresso baseada na exploração da natureza e na negação da

diversidade e sua interação. Esse desenvolvimento é cosmo-fóbico porque rejeita a pluralidade de culturas, saberes, ecossistemas e que trata as diferenças como um problema que deve ser eliminado. O desenvolvimento é uma forma de “des-envolvimento” que separa os seres humanos da natureza, então como contraponto a isso, Bispo propõe a ideia de envolvimento. O envolvimento é preservar a conexão com os demais seres e com a vida em todas as suas formas. “Para os diversos, não se trata de desenvolver, mas de envolver. Enquanto nos envolvemos organicamente, eles vão se desenvolver humanisticamente.” (Santos, 2023, p. 16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a colonialidade alimentar e formas de resistência contracolonial por meio dos quintais produtivos, com foco no projeto “Esse verde que alimenta e cura da COMSAÚDE. Utilizando uma abordagem teórica e empírica, é possível ressaltar como esses espaços representam uma alternativa ao modelo de produção dominante como o do MATOPIBA. Dessa forma, os quintais produtivos promovem a diversidade cultural, a segurança alimentar e a preservação de saberes ancestrais. Esse estudo destacou a importância de valorizar os saberes tradicionais e as práticas locais, principalmente levando em consideração o contexto do atual momento de crise climática e ambiental, no qual o agronegócio tem se alastrado cada vez mais.

Finalmente, é possível dizer que este trabalho representa o princípio de uma pesquisa que precisa ser ampliada, especialmente no que se refere às experiências empíricas para que a questão das práticas presentes nos quintais produtivos sejam melhor compreendidas e possam demonstrar alcances e limitações de sua resistência e proposição de transformação do esquema dominante. Sendo assim, essa questão é contemplada na minha pesquisa de mestrado no programa de pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a ser iniciada em 2025.

A partir deste artigo, busquei destacar a importância de espaços onde as práticas contr Coloniais estão acontecendo cotidianamente face às ameaças aos modos de vida outros. Lugares onde a luta e a busca pelo Bem Viver é constante, onde os saberes são mantidos, compartilhados e transformados em forma de resistência à colonialidade alimentar. Nessa comunidade territorializada, a produção de alimentos não se volta apenas para uma necessidade material voltada para o lucro, mas sim, constituída como práticas políticas que enfrentam a lógica da modernidade, a qual a monocultura e o extrativismo predatório são impostas pelo agronegócio.

Pela valorização dos quintais produtivos como espaços políticos de luta e resistência, reconhecendo a autonomia das comunidades locais com relação à terra e aos alimentos, onde o mais importante é o trabalho coletivo, a organização realizada em grupo para lutar por uma alimentação saudável e sem veneno, pelo reflorestamento de áreas afetadas pela crise climática e pelas consequências da monocultura da soja, em busca de preservar a biodiversidade presente no Cerrado, o “coração das águas”. Buscando com isso, diferente do padrão imposto pela modernidade colonial, caminhos alternativos, os quais o saber/fazer/pensar locais emergem como um mecanismo de desobediência epistêmica e de contracolônização, em busca da (re)existência diante das violências do sistema alimentar moderno/colonial.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tatiana. Agronegócio ainda está longe da agenda ambiental, diz estudo. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-07/agronegocio-ainda-esta-longo-da-agenda-ambiental-diz-estudo>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BAHIA. **Dia Mundial da Alimentação: agricultura familiar garante comida na mesa dos brasileiros**, 2024. Disponível em: <https://www.comunicacao.ba.gov.br/2024/10/noticias/dia-mundial-da-alimentacao-agricultura-familiar-garante-comida-na-mesa-dos-brasileiros/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BATAIER, Carolina. Fronteira agrícola do Matopiba é a maior área emissora de CO₂ no Cerrado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 set. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/18/fronteira-agricola-do-matopiba-e-a-maior-area-emissora-de-co-no-cerrado>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BUCKERIDGE, Marcos. As várias faces dos incêndios no Brasil. **Jornal da USP**, 16 set. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/marcos-buckeridge/as-varias-faces-dos-incendios-no-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- COMSAUDE-TO. **Encontro Quintais Produtivos e Plantas Medicinais**, 2024.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA, 2014.
- FASOLO, Carolina; CEZAR, Ester. Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados. **Instituto Socioambiental (ISA)**, 16 maio 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/5/17/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-esto-ameaçados-no-brasil-aponta-estudo-159008.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.
- KOCH, Helena Beltrão; et al. Saberes tradicionais e práticas agroecológicas: um olhar para os quintais produtivos do Assentamento José Lutzenberger, Antonina/PR. In: **Cadernos de Agroecologia – Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- KRENAK, Ailton. **O futuro é ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MANZINI, Gabi. Sistemas alimentares dos povos originários e tradicionais. **Sustentarea - FSP-USP**, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2023/03/13/sistemas-alimentares-dos-povos-originarios-e-tradicionais/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MAPBIOMAS BRASIL. **Atlas do Desmatamento 2023: A perda de áreas naturais no Brasil**, 2024. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/2024/05/28/desmatamento-reduziu-nos-estados-da-amazonia-e-em-2023-veja-situacao-nos-outros-biomas/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MESSEDER, Suely. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. **São Paulo**, v. 10, n. 2, p. 115-132, jul./dez. 2018.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de

identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 329-402, jun. 2017.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidad**. 2. ed. São Paulo: Editora X, 2015.

MOURA, Bruno de Freitas. Monitoramento mostra que 99% dos incêndios são por ação humana. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 20 set. 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/monitoramento-mostra-que-99-dos-incendios-no-brasil-sao-por-acao-humana/>. Acesso em: 10 fev.. 2025.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; RUFINO, Luiz. In memoriam: “O fundamento é a roça” Antônio Bispo dos Santos (1959-2023). **Anãnsi: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 323-328, 2023.

PEREIRA, Laudovina; SÁNCHEZ, Sara. **MATOPIBA destroi e mata seus povos**. CIMI Regional Goiás/Tocantins, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (compilador). **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
SENADO FEDERAL. **Cerrado supera Amazônia como bioma mais devastado no país, revela audiência**, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/11/cerrado-supera-amazonia-como-bioma-mais-devastado-no-pais-revela-audiencia>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SINIMBÚ, Fabíola. Brasil teve 11,39 milhões de hectares atingidos pelo fogo este ano. **Agência Brasil**, Brasília, 12 set. 2024. Disponível em: <https://2mnoticias.com.br/brasil-teve-1139-milhoes-de-hectares-atingidos-pelo-fogo-este-ano/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOARES, Nicolau. 70% das queimadas no Brasil em 2024 destruíram áreas nativas. **Brasil de Fato**, 14 set. 2024. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/643645-70-das-queimadas-no-brasil-em-2024-destruiram-vegetacao-na-tiva>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SOUZA, Luciana Pereira de. **Serviço de fitoterapia e alimentação saudável (FAS)**. Porto Nacional, Tocantins, 19 nov. 2024. [Documento interno não publicado].